



GT 053. Políticas patrimoniais, conservadorismo político e os novos desafios da antropologia

Simone Pondé Vassallo (Universidade Federal Fluminense, Departamento de Antropologia) - Coordenador/a, Patricia Silva Osorio (UFMT) - Coordenador/a, Renata de Sá Gonçalves (Universidade Federal Fluminense) - Debatedor/a, Regina Maria do Rego Monteiro de Abreu (UNIRIO) - Debatedor/a

Nos anos 2000, as políticas de promoção do patrimônio imaterial propiciaram a chegada de novos atores no campo do patrimônio, como os chamados detentores, bem como a ampliação da participação dos antropólogos nessas esferas. Várias práticas de grupos subalternizados foram reconhecidas como patrimônio nacional e se beneficiaram de recursos públicos, contribuindo ativamente para as suas lutas por direitos. No entanto, com a mudança política ocorrida em 2016 e com o aumento das forças conservadoras, vários programas de democratização do patrimônio foram reduzidos ou mesmo interrompidos. Além disso, setores conservadores começaram a atuar mais diretamente nas práticas patrimoniais, gerando inúmeros impactos. Nesse contexto, no âmbito das atividades propostas pelo Comitê de Patrimônios e Museus da ABA, o presente GT busca refletir sobre as seguintes questões: quais os impactos das novas políticas patrimoniais e do aumento das forças conservadoras nas diferentes situações étnicas e na atuação dos órgãos públicos voltados para o patrimônio? Quais os desdobramentos dessas novas políticas na própria pesquisa antropológica? Qual o papel do antropólogo como mediador entre essas diferentes esferas? Com o intuito de ampliar a reflexão para as diversas formas de atuação dos antropólogos, o GT se propõe a acolher trabalhos tanto dos que estão inseridos na academia quanto os dos que atuam em órgãos governamentais.

A crise política como experiência patrimonial: as estratégias políticas entre o inventário e o registro.

Autoria: Lucas Neiva Peregrino, Darllan Neves Da Rocha

Desde a instituição do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) nos anos 2000 uma série de atividades foram desenvolvidas com o objetivo de fomentar e promover o patrimônio imaterial brasileiro. Por outro lado, as recentes modificações na conjuntura política brasileira têm gerado impactos negativos nas políticas culturais voltadas ao patrimônio. Contrariamente a esta crise política, que atingiu seu auge em 2016, o Instituto do Patrimônio Histórico (IPHAN) publicou a Portaria 200/2016, regulamentando o PNPI. O que poderia gerar uma guinada na ascensão das políticas culturais do patrimônio, teve como avanço o estabelecimento das bases teóricas nas quais o IPHAN vinha atuando. Este pequeno avanço foi surpreendido com a crise que atingiu diretamente o Ministério da Cultura e a autarquia do patrimônio. Diante deste contexto buscamos apresentar dois processos de patrimonialização afetados pela crise política: o registro da Feira de Campina Grande (PB) e a construção do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) do Alto do Moura (Caruaru/PE) com o objetivo de retratar dois aspectos do campo do patrimônio: as influências sofridas pela conjuntura da política nacional atual e as novas possibilidades com participação direta e ativa da comunidade detentora do bem. A Feira de Campina Grande teve seu processo de registro iniciado em 2007, mas apenas em 2017 recebeu o título de Patrimônio Cultural Brasileiro. Este processo que durou dez anos foi influenciado diretamente pelas mudanças na conjuntura política local e nacional. A desmobilização perpassou os órgãos de preservação e a própria comunidade que, em decorrência das diversas disputas políticas, teve a instrução comprometida. Por outro lado, novas articulações conseguiram impedir obras de



intervenção que alteraria a dinâmica e a organização social dos feirantes. Destarte, a experiência da aplicação do INRC com a comunidade do Alto do Moura tem buscado alternativas metodológicas objetivando o protagonismo comunitário e se destaca por ser o último bem autorizado ao uso da metodologia do INRC. Neste sentido, mediação e mobilização social são perspectivas incorporadas pelo grupo para delinear estratégias políticas e metodologias que busquem contornar os entraves ocasionados pela escassez de recursos e de visibilidade social. Estes dois casos refletem conflitos e negociações vivenciados a partir do contato com a dinâmica institucional, a organização da comunidade detentora e o lugar do patrimônio nas macro e micro relações políticas.

A salvaguarda do patrimônio imaterial em tempos de aniquilação da diversidade cultural: notas sobre o fundamentalismo cristão e a ?capoeira gospel?.

Autoria: Maria Paula Fernandes Adinolfi

Este artigo foi apresentado em versão preliminar na mesa-redonda ?Desafios e perspectivas para o fortalecimento da política de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Brasil?, que integrou a programação do ?II Seminário de Fortaleza - Desafios para o Fortalecimento da Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil?, realizado na cidade de Fortaleza, de 8 a 11 de novembro de 2017, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) para celebrar os vinte anos da política de salvaguarda do patrimônio cultural de natureza imaterial. O II Seminário propôs-se a ?revisitar a trajetória da elaboração e os caminhos da implementação, bem como os avanços e futuro dessa política?, conforme informado no site do Iphan. Essa foi a única mesa protagonizada por Técnicos servidores da instituição em atividade; foi na condição de antropóloga que atua desde 2006 na Superintendência do Iphan na Bahia que compus a mesa, ao lado de colegas de outras Superintendências. Nesta versão ampliada e aprofundada, procuro articular a argumentação apresentada então com considerações sobre os desdobramentos mais atuais da política de salvaguarda da capoeira, em cuja implementação venho atuando desde 2007. Para tanto, este artigo propõe-se a uma reflexão sobre os atuais conflitos que ameaçam a diversidade cultural, em especial no que tange às práticas culturais de matriz africana, em um contexto de crescente fundamentalismo, conservadorismo e ataques à democracia; e ainda sobre os limites que vem se erguendo, em decorrência da fragilização do Estado de Direito e corte abrupto dos recursos para a Cultura, às ações de salvaguarda do patrimônio. A capoeira tem se tornado objeto de disputas e interesses políticos diversos, que constituem ameaça aos aspectos que foram reconhecidos como investidos de valor patrimonial, quando do Registro da Roda e do ofício de Mestres, em 2008, como patrimônio cultural nacional, tais como sua vinculação com diversas práticas culturais de matriz africana e a história e memória da resistência negra à escravidão e ao racismo. Tais disputas partem do campo pentecostal, englobando diversas práticas que, sob o nome de ?capoeira gospel? ou ?capoeira evangélica?, trazem mudanças substanciais aos rituais da roda, às práticas de ensino e aprendizagem e às narrativas fundadoras da capoeira.

Agentes do patrimônio em ação: entre o conhecimento especializado e as práticas estatais na construção dos patrimônios imateriais

Autoria: Diana Dianovsky

Nas últimas décadas, ocorreu uma ampliação no campo das políticas de patrimônio cultural, principalmente, a partir da inclusão dos chamados ?patrimônios culturais imateriais?. São bens culturais relacionados aos modos de viver, saberes, celebrações e expressões artísticas de diferentes comunidades ? antes alijadas das narrativas de identidade nacional. Para operar esses novos processos patrimoniais, foram recrutados (nem tão) novos profissionais, em particular, antropólogos. O objetivo desta apresentação é introduzir as primeiras



análises das entrevistas realizadas com esses agentes em que se coloca em questão a relação entre o fazer antropológico e a fabricação do Estado por meio de ações governamentais relacionadas às políticas de salvaguarda do patrimônio imaterial. As entrevistas foram realizadas desde fins de 2017 com servidores públicos aprovados em concurso para o cargo de Técnico em Ciências Sociais ou Antropologia do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan/Brasil), tendo como base para esse diálogo o mapa mental da tese de doutorado que ora desenvolvo. Esta pesquisa centra-se numa abordagem de etnografia das instituições e, em particular, da burocracia, não se tratando de análise sobre ethos ou identidade profissional. Navegando entre formação acadêmica, atuação profissional, tecnologias de governo, estruturas estatais, cultura institucional, ética, prática, cidadania e redes de relação, esses novos atores colocam em ação o processo de patrimonialização de bens culturais imateriais por meio de um conhecimento especializado. Esse sobrevoo inicial pelos elementos etnográficos já reunidos me permitiu problematizar e adensar certas concepções presentes na literatura sobre o ?ofício do antropólogo extramuros?, colocando em perspectiva noções como ?mediação? e ?ética? e percepções sobre ?tempo? e ?campo?. Se, de forma geral, antropólogos foram recrutados para as carreiras e cargos da administração pública a fim de atenderem às demandas por políticas públicas voltadas para povos e comunidades tradicionais ? e respaldadas pela Constituição Federal de 1988 ?, a postura reflexiva adquirida na formação antropológica não só atende a essa atuação do Estado, mas também o transforma na medida em que esses profissionais buscam compreender as estratégias de ação, performances, discursos e visões de mundo dos diversos atores que compõem aparelho estatal. Portanto, neste diálogo com o ?público-alvo? das políticas patrimoniais, a sociedade civil, academia e demais gestores, estes antropólogos propõem diferentes práticas para o ?fazer Estado?. Com essa análise, pretendo adicionar um novo relevo à compreensão da construção do Estado por meio das políticas de patrimônio cultural imaterial e da produção da antropologia no atual contexto.

ANTROPOLOGIA VISUAL: repensando o campo do patrimônio imaterial a partir dos dossiês do IPHAN como ?registros de memórias?

Autoria: Nayala Nunes Duailibe

O presente work abarca a dimensão de análise entre antropologia visual e o patrimônio imaterial nas estratégias de registro das ?memórias?. É parte do processo de amadurecimento de um campo de estudo em perspectiva doutoral e ressalta o sentido e o significado da construção das categorias de entendimento: patrimônio imaterial, memória, antropologia visual e visualidades. Pensar e repensar o campo do patrimônio imaterial bem como entender a dimensão analítica a partir dos dossiês de reconhecimento, propostos em forma do audiovisual e de textos pelo IPHAN.

[Trabalho completo](#)

Da historiografia da belle époque às narrativas locais sobre o ciclo e decadência da borracha na Amazônia: apontamentos sobre patrimônio, arqueologia histórica e contemporânea

Autoria: Tiago Silva Alves Muniz

O que historiografia produziu sobre um ideário da belle époque amazônica? Como a antropologia lida com as narrativas locais sobre o ciclo e decadência da borracha? Como a arqueologia lida com os vestígios em estudos do contemporâneo? Neste work pretendo abordar a arqueologia como texto produzido no contemporâneo e pelo contemporâneo para refletir sobre o fazer/pensar arqueológico e patrimonial e seus desdobramentos em aspecto material/imaterial. Esta pesquisa teve início com os achados arqueológicos de garrafas de bebidas no Baixo Amazonas. A partir de tal ?materialidade do período da borracha?, como venho denominando, busco refletir sobre contexto da borracha em escala local e regional no Baixo Tapajós. De tal



forma, através de abordagem de antropologia multiespécie virar o olhar de seringueiros emudecidos e desprovidos de agência para perceber como as comunidades lidam com os vestígios na região e quais são as narrativas locais produzidas sobre este período. Busco assim aqui investigar as relações entre emaranhamentos de seres e suas coisas, destacando a influência de autores como Tim Ingold, Donna Haraway e Eduardo Kohn ao refletir sobre tais potencialidades materiais que configuram este patrimônio na Amazônia. De tal maneira, a abordagem aqui desenvolvida está voltada para as interações coisas-humanos desde a percepção do meio ambiente para compreender tal trama de relações e discursos sobre a materialidade do período da borracha, assim proponho a produção de etnografias sensíveis a outras narrativas não hegemônicas sobre os ciclos da borracha.

[Trabalho completo](#)

Laudos etnográficos, mobilizações e work antropológico na patrimonialização dos templos afro-brasileiros.

Autoria: Emmanuel Bastos de Magalhães Lopes

Este artigo é parte da tese de doutorado em desenvolvimento, apresenta revisão de literatura e alguns resultados. O objetivo da pesquisa é entender como surge e se desenvolve a produção de laudos etnográficos enquanto documentos dos processos de patrimonialização dos terreiros de candomblé na Bahia. Estamos, desde meados dos 80, no período da patrimonialização das diferenças, no qual diversos grupos pressionam o Estado, negociando suas demandas. Indígenas e afro-brasileiros conseguiram avanços nas lutas de reconhecimentos, demarcações, garantias de direitos e o acesso a memória e patrimônio. Estudo três dimensões desde movimento, a primeira é entender a motivação de grupos do candomblé, que, a partir daquela ?patrimonialização da diferença?, ativa o Estado a incluí-los no mapa de bens protegidos criando os Monumentos Negros do Brasil. A segunda é o surgimento de uma "classe" de antropólogos, técnicos nos gabinetes das secretarias em postos que trabalham sobre Cultura, responsáveis pelo Patrimônio Cultural. A terceira, são as consequências e especificidades do laudo etnográfico como documento que participa, ao mesmo tempo como ator e produto (agente e actante) de uma política de patrimonialização. Parto de uma etnografia multisituada, realizada em dois ambientes habitados por diferentes sujeitos. Nos gabinetes, técnicos são atores humanos manuseiam e fazem-se agir de volta, pelos acervos e arquivos das instituições de salvaguardas, estes atores não humanos. O amálgama desta relação: ?a burocracia?, normatizações, legislações, protocolos, procedimentos etc. Noutro campo, interlocutores mais usuais das etnografias dos terreiros: os membros de templos tombados. Iсту tudo ocorre em meio as mobilizações para garantia de direitos e como se articulam, em especial, com àqueles técnicos e/ou acadêmicos. Rastreio os documentos enfatizando-os como agentes que restituem, de distintas maneiras, a produção da produção social da indiferença. Neste domínio, o conhecimento da atuação antropológica no Brasil se transforma, partindo da esfera acadêmica para a pública, dividindo o protagonismo entre Estado e sociedade. Ora, se esta mesma torna-se cada vez mais distante da política e elege bancadas cada vez mais conservadoras, os representantes praticam atos escusos dos mais variados, seja o impeachment (golpe), até o desmonte em avanços em políticas públicas (inclusive nos governos progressistas do presidencialismo de coalisão entre 2003-2016), como não prioritárias, inseridas aqui as de patrimônio e memória. Assim, Ministérios, programas, planos, grupos de work da agenda voltada à estas atividades retirados e/ou destituída de legitimidade, apresentando desafio na atuação dos antropólogos, ao mesmo tempo que minorias reorganizam-se durante os duros embates.

Museus Comunitários como forma de reconstrução da memória social: um estudo preliminar



a partir do Ecomuseu da Serra de Ouro Preto - MG

Autoria: Rodolfo Nazareth Junqueira Fonseca

O Museu Comunitário é ainda um termo ou conceito em definição no campo das ciências humanas ainda pouco abordado do ponto de vista das ciências sociais. Este texto tem como objetivo problematizar os conceitos e categorias da Nova Museologia em diálogo com as Ciências Sociais e tensionar sua aplicação em um estudo de caso. Primeiro contextualiza-se e problematiza-se o desenvolvimento das noções e pontos de vista defendidos pela nova museologia em diálogo com o campo das ciências sociais. Num, segundo momento, aponta-se os caminhos, escolhas possíveis e problemáticas metodológicas preliminares no desenvolvimento de um estudo de caso: a pesquisa da relação simbólica, os usos e apropriações sociais e urbanos da comunidade local através da mediação do Ecomuseu da Serra de Ouro Preto, por meio de métodos, linguagens e instrumentos sociais para sensibilizar, envolver e empoderar esta comunidade a desenvolver sua própria memória social na relação com a história da cidade tombada de Ouro Preto, frente aos impactos positivos ou mesmo negativos da criação do Parque Arqueológico da Serra da Queimada, situado em meio às ocupações urbanas na Serra de Ouro Preto, município de Ouro Preto, Minas Gerais, aos arredores da cidade considerada Patrimônio Cultural da Humanidade.

[Trabalho completo](#)

O ofício de Parteira Tradicional: hierarquização de saberes e política patrimonial

Autoria: Júlia Morim de Melo

Em 2011, após realização de um inventário realizado em Pernambuco, foi solicitado ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), o reconhecimento do Ofício de Parteira Tradicional como Patrimônio Cultural do Brasil. O pedido foi considerado, pela Câmara Técnica do Patrimônio Imaterial, improcedente devido à ?grande interface com a área da saúde pública e as práticas médicas? e sugerido a ?realização de estudos juntamente com a área médica sobre exercício profissional das parteiras e para levantamento de dados a fim de subsidiar propostas de políticas públicas conjuntas? (IPHAN. Ofício de 22/1/2013). Entretanto, após pressão política, a solicitação foi revista e acatada e o processo, então, reaberto. A partir desse caso, este work pretende refletir sobre o entendimento, pelas instâncias governamentais responsáveis pelo reconhecimento formal, do que se constitui patrimônio imaterial, bem como refletir sobre o papel das parteiras tradicionais nesse campo político e as tensões trazidas pelo pedido de reconhecimento de seus saberes. Propomos analisar os argumentos utilizados, em um primeiro momento, para indeferir o pedido, a articulação política para a reabertura do processo, a contra-argumentação interna do órgão responsável pelo patrimônio e, finalmente, o deferimento de que, sim, o ofício é passível de ser considerado integrante do patrimônio nacional. Tal situação levanta questões acerca do papel da antropologia, sobreposições de áreas de conhecimentos, lutas políticas por reconhecimento oficial e hierarquização de saberes.

Patrimônios em ação: controvérsias e alternativas no contexto de expansão das escalas de reconhecimento dos bens culturais imateriais em Minas Gerais, Brasil

Autoria: Guilherme Eugênio Moreira

O patrimônio cultural no Brasil testemunhou uma série de inflexões políticas ao longo de sua trajetória que resultaram na criação da noção de patrimônio imaterial. O reconhecimento dos patrimônios imateriais inseriu-se no projeto de redemocratização do país, que prezou pela participação dos indivíduos e coletivos interessados e descentralização dos processos decisórios. Encontramos nas práticas e discursos institucionais visões que defendem os alcances dessas políticas participativas e as rupturas suscitadas pelas possibilidades do registro e salvaguarda, mas é preciso reconhecer em que medida os processos do patrimônio imaterial



seguem eminentemente técnicos, a partir de saberes especializados, produzindo continuidades com o modus operandi do patrimônio histórico e artístico. O presente work insere-se no movimento de desestabilizar o patrimônio cultural imaterial e apontar as limitações desse mito da participação, a partir da apresentação de eventos desdobrados no âmbito do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais. Desde a década de 90, o estado mineiro tem encaminhado ações e propostas para fortalecer a municipalização de suas políticas culturais e nas últimas duas gestões no IEPHA/MG testemunhamos esforços de consolidar relações mais estreitas entre instituição estadual e prefeituras municipais. A partir de certas controvérsias e impasses vivenciados pela equipe técnica nesse projeto de expansão das escalas de reconhecimento dos bens culturais mineiros, mais que apontar problemas, interesse-me por problematizar as alternativas encontradas, dentre elas a produção de um cadastro online como ferramenta participativa nos registros das folias e das violas. Proponho uma diferenciação entre processos de reconhecimento meramente declaratórios e processos de patrimonialização efetiva, ou integrada, na tentativa de expor os papéis e efeitos dos patrimônios e seus agentes na produção de conflitos, bem como o lugar da salvaguarda como elemento diferencial na condução de processos que se aproximem mais da participação. Defendo, ainda, que uma etnografia dos/as técnicos/as e suas produções discursivas pode suscitar novas dimensões ao debate, ao buscar compreender os entendimentos de patrimônio que circulam e os critérios e categorias que são mobilizados nas tomadas de decisão. No contexto atual de desvalorização e precarização das instituições culturais, é preciso pensar no que significa colocar em andamento processos de reconhecimento em escalas cada vez mais abrangentes quando não há recursos e incentivos que possibilitem a operacionalização de medidas de proteção e promoção. Acredito que olhar para o patrimônio cultural em Minas Gerais pode fornecer materiais que enriqueçam nossas discussões em escala federal.

[Trabalho completo](#)

Reconhecimento tardio: a história de patrimonialização de terreiros de candomblé através do IPAC

Autoria: Gilda Conceição Silva

Nesse artigo objetivei apresentar um breve histórico da política pública de patrimonialização dos terreiros de candomblé de Salvador desenvolvida no âmbito do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC-BA). Para atingir esse objetivo segui algumas etapas: apresentarei um breve histórico de criação e funcionamento do IPAC a fim de com evidenciar como o órgão de patrimônio desenvolve sua Política Pública de Patrimonialização, principalmente quando voltada para a defesa dos território religiosos de candomblé; mostrei também como o Instituto funciona, em termos administrativos/ burocráticos, evidenciando sua relação com os Detentores dos bens culturais patrimonializados e/ ou em processo de patrimonialização e deles com os Agentes Públicos que atuam no IPAC, evidenciando que embora tenha havido um estreitamento na relação entre Estado e Povos de terreiro a relação aí estabelecida é pautada em poder/ saber que exclui e mantém lógicas burocráticas estatais já consolidadas; por fim, mostrei como ocorre a abertura de Processo para reconhecimento e salvaguarda de terreiros. Ao apresentar a história de patrimonialização de terreiros e candomblé pelo IPAC, interessava-me entre outras coisas em mostrar: como surgiu o interesse por essa Política Pública, quem tem direito a obtê-la, quais terreiros mais acessam a Política, quais as etapas pelas quais os Processos passam, quem analisa os pedidos, quem faz os estudos etnográficos e históricos do Bens Culturais. Diria que busquei fazer uma espécie de vida social do Instituto de patrimonialização. Ao fim, objetivei compreender a lógica que envolveu o reconhecimento dos territórios religiosos de matriz africana já salvaguardados pelo governo do estado e as relações sociais envolvidas nesse processo.

[Trabalho completo](#)



Referências Culturais e patrimônio cultural: antropologia no universo dos arquitetos

Autoria: Pedro Gustavo Morgado Clerot

A proposta de comunicação aqui apresentada é resultante de minha pesquisa de mestrado no Programa de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Iphan. Nela discuto a noção de Referência Cultural a partir de uma aproximação de cunho teórico e documental, do termo e seus usos na história da instituição federal de preservação do patrimônio cultural nos últimos 40 anos. A noção de 'Referências Culturais' está no título do principal instrumento de inventário do Iphan: o Inventário Nacional de Referências Culturais ? INRC e é considerada a 'chave' a partir da qual uma mudança geral de contexto social e político que se deu a partir dos anos 70, época da chamada 'virada antropológica' das ciências sociais e humanidades, teve seus reflexos na política cultural do Brasil, sobretudo com a Criação do Centro Nacional de Referência Cultural ? CNRC, transformou a política de patrimônio cultural no país. O olhar para a cultura a partir das referências culturais vem sendo compreendido em diversos estudos e works de historiografia da preservação como responsável pela modernização, ou atualização das bases conceituais das políticas da preservação, a partir de um viés antropológico de cultura, da noção de diversidade cultural e do desenvolvimento de novas experiências de identificação, preservação e fomento aos bens culturais oriundos de grupos sociais, até então, desprestigiados por aquelas políticas, como indígenas, afrodescendentes e as ditas 'culturas populares?'. O eixo de atribuição de valores se deslocou dos conceitos restritivos de 'histórico e artístico nacional' ? associados a bens de elite e as ditas culturas eruditas ? para a noção de 'patrimônio cultural do Brasil?', mais inclusiva e menos focada em critérios de excepcionalidade e monumentalidade. A questão do diálogo e da mediação entre a esfera estatal e os grupos sociais também passa a estar na pauta das novas ações preservacionistas e, com isso, um certo saber antropológico se faz presente num campo, até então, dominado pela autoridade técnica dos arquitetos especializados em preservação de monumentos e sítios tombados. Compreender a evolução e os potenciais de um desenvolvimento conceitual da noção de Referência Cultural pode, ao meu entender, ajudar a dar maior clareza e eficácia às políticas de identificação do patrimônio cultural. Enquanto servidor do Iphan, acredito que a reflexão aqui apresentada é uma maneira de também qualificar a atuação do campo antropológico numa política pública com grande potencial para a afirmação de direitos culturais diferenciados pelas diferentes comunidades detentoras dos bens culturais preservados pelo Estado ? inclusive diante das ameaças a tais direitos que outros agentes e instituições dentro do Estado vêm impondo a essas populações.

Saber antropológico, agenciamentos e representações do patrimônio cultural imaterial em Belém (PA) e Boa Vista (RR)

Autoria: Larissa Maria de Almeida Guimarães

Partindo da discussão sobre o papel do Estado em relação ao Patrimônio Imaterial, busca-se averiguar possibilidades analíticas, construções narrativas, legitimação de discursos institucionais e suprainstitucionais, em torno do que é descrito como Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), através de sua Superintendência no Pará (IPHAN/PA), e pelo órgão municipal de cultura do município de Boa Vista/RR (Fundação de Educação, Turismo, Esporte e Cultura ? FETEC). Da episteme institucional(izada), vislumbra-se o desenvolvimento de um léxico que visa a construção e consolidação de políticas públicas na área cultural a partir de demandas tanto internas quanto externas, por vezes de forma complementar e transversal, por outras de forma vertical e informativa; o campo de atuação institucional seleciona algumas demandas e expectativas de grupos e coletivos particulares. A emergência de novos agenciamentos, a partir do recorte de 'bem cultural?' no campo das experiências, é



delineada na atuação contínua e participação direta de agentes reconhecidos por governos em diferentes esferas, no esforço dinâmico de ?construção imaginária? do patrimônio local/regional. O papel da(o) antropóloga(o) como agente do Estado vai se desenhando enquanto agente oficial para a execução de política institucional, como também se insere em agendas locais e estabelece diálogos visando a inserção da sociedade civil organizada nesta estrutura. A institucionalização de sujeitos e agentes sociais para dialogarem e participarem mais diretamente das pautas geradas pela instrumentalização da política de reconhecimento, valorização, promoção e sustentabilidade de bens culturais acautelados e/ou identificados, é um movimento nacional e uma das principais formas de acesso às políticas públicas de fomento. Ao mesmo tempo, o outro lado da política aponta para os desdobramentos em torno de categorias, conceitos e noções basilares das Ciências Humanas e Sociais, como Espaço, Religião, Corpo, Rituais, Festas, entre outras, que são (re)pensados sob a ótica das noções nativas que dão ?forma e conteúdo? à política pública no campo do patrimônio. Proponho discutir a abordagem do Estado em torno do patrimônio imaterial(izado), na atuação da(o) antropóloga(o) enquanto agente-mediador de ?processos de construção? dos bens culturais no município de Belém/PA, através do Inventário Nacional de Referências Culturais do Centro Histórico de Belém (2010), e no município de Boa Vista/RR, com a análise do Inventário do Patrimônio Cultural de Boa Vista (2011), dois documentos oficiais referenciais que visam a construção de bens culturais locais no campo político de representação das cidades e seus cidadãos.

Salvaguarda do Patrimônio cultural Iny / Karajá: diálogo intercultural e work compartilhado

Autoria: Rosani Moreira Leitão, Nei Clara de Lima (UFG) Rosani Moreira Leitão (UFG)

Autoras: Nei Clara de Lima (UFG) e Rosani Moreira Leitão (UFG) A patrimonialização e salvaguarda de bens culturais no Brasil é recente, tendo sido instituída pelo Decreto Nº 3.551/2000, que cria o registro de bens culturais de natureza imaterial e o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) no âmbito do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). O Estado brasileiro passa então a criar instrumentos e a empreender ações com o objetivo de mapear, documentar e apoiar as manifestações culturais para além da suas materialidades. Neste contexto, as bonecas de cerâmica Karajá foram registradas como patrimônio cultural do brasileiro, em janeiro de 2012, possibilitando o posterior desenvolvimento de uma política de salvaguarda voltada não só para este bem cultural, mas também para o fortalecimento de todo o patrimônio cultural Iny/Karajá. Partindo da atuação das autoras, bem como dos Karajá, sobretudo das mulheres ceramistas e dos jovens, na pesquisa que fundamentou o processo de registro acima mencionado, bem como nas primeiras ações de salvaguarda voltadas para o mesmo, apresentamos uma reflexão preliminar acerca desses processos. Percebemos que, apesar de existir uma política de apoio aos projetos dos povos detentores de bens culturais registrados, percebe-se uma inadequação nas estruturas burocráticas das instâncias responsáveis por tais políticas, implicando em restrições que dificultam, quando não inviabilizam, o desenvolvimento das ações propostas.

?A cultura somos nós?: interfaces entre cultura popular e as políticas de patrimonialização

Autoria: Cicera Tayane Soares da Silva, Julie Antoinette Cavignac

O presente artigo busca elaborar uma reflexão sobre os impactos da política de patrimonialização nos grupos da cultura popular na festa de Santo, que ocorre na cidade de Barbalha, interior do Ceará. O work aqui apresentado faz parte da pesquisa de doutorado que se encontra em desenvolvimento. A festa a Santo Antônio foi reconhecida no ano de 2015 enquanto patrimônio de natureza imaterial, tendo uma trajetória que remonta ao século XVIII. Ao longo dos anos a festividade passou por grandes modificações, tais mudanças correspondem às funções estéticas, visuais e a forma com que a devoção é vivenciada. Essas tensões são



perceptíveis através do momento em que a festa passa a ser reconhecida por seus agentes através da categoria da carnavalização. Assim, percebe-se a classificação do festejo em dois momentos, festa religiosa e festa profana. Nesse cenário, que comporta o sagrado/profano, erudito/popular, modernidade/tradição, as políticas do patrimônio imaterial surgem como uma ferramenta para garantir a preservação da tradição, em virtude de que o processo de salvaguarda busca apoiar a continuidade dos bens tombados. No entanto, chamamos à atenção de forma preliminar para algumas questões que envolvem as políticas de patrimonialização e seus conflitos com os grupos da cultura popular local. Tais questionamentos surgem mediante algumas aproximações preliminares com campo. Assim, qual o papel da patrimonialização para a preservação dos grupos da cultura popular? Como essa política garante a permanência desses grupos em uma festa que tem uma forte agência do mercado? Quem são os agentes envolvidos e como eles negociam suas relações de poder neste espaço? Frente a isso, o work busca pensar os conflitos existentes entre as políticas de patrimonialização e os grupos da cultura popular, ressaltando os processos que levaram a festa a se tornar um marco distintivo para a cultura do Cariri.

[Trabalho completo](#)



Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero, de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e



Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA) e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

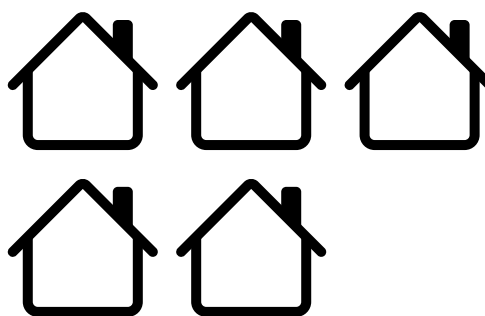
Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização:



Apoio:



Organização:

